

GABINETE DO GOVERNADOR



**DISCURSOS DE SUA EXCELÊNCIA
O GOVERNADOR DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
ROGÉRIO ZANDAMELA
2018**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
**DISCURSOS DE SUA EXCELÊNCIA
O GOVERNADOR DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
ROGÉRIO ZANDAMELA
2018**

EDIÇÃO
GABINETE DO GOVERNADOR

DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

MAPUTO, NOVEMBRO DE 2021

ÍNDICE

- 7** *COCKTAIL* COM OS EMBAIXADORES ACREDITADOS EM MOÇAMBIQUE
- 13** ABERTURA DO 42.º CONSELHO CONSULTIVO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
- 21** INAUGURAÇÃO DA AGÊNCIA DO MOZA BANCO EM LICHINGA
- 27** ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO 42.º CONSELHO CONSULTIVO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
- 33** ABERTURA DO ANO LECTIVO DA UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA “AULA INAUGURAL”
- 45** ASSINATURA DE TRÊS PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO ENTRE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE, O BANCO DE MOÇAMBIQUE E O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
- 51** LANÇAMENTO DO PROJECTO DE INCUBADORA *SANDBOX* PARA FINTECHS
- 57** ABERTURA DAS X JORNADAS CIENTÍFICAS DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
- 63** ASSINATURA DA SEGUNDA ADENDA DO CONTRACTO PARA A CONSTRUÇÃO DO SILO AUTO ENTRE O CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MAPUTO E O BANCO DE MOÇAMBIQUE

- 67** ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O BM E O MICULTUR
- 71** ASSINATURA DO NOVO ACORDO SOBRE O INDEXANTE ÚNICO DO SISTEMA BANCÁRIO MOÇAMBICANO
- 77** ABERTURA DO 5.º ENCONTRO DE SUPERVISÃO DOS BANCOS CENTRAIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
- 83** ABERTURA DO 43.º CONSELHO CONSULTIVO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
- 91** ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO 43.º CONSELHO CONSULTIVO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
- 97** BRINDE ALUSIVO AO ENCERRAMENTO DO ANO ECONÓMICO

COCKTAIL COM OS EMBAIXADORES



“

Acreditamos, contudo, que o sucesso das nossas políticas depende tanto do apoio dos agentes económicos, em especial as instituições de crédito e sociedades financeiras, que devem acompanhar a tendência da política monetária, quanto dos nossos parceiros de cooperação, pois sem a retoma do seu apoio ao orçamento do Estado os riscos de instabilidade económica e social continuarão latentes na nossa economia.

”

Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique, Excelência,

Senhores Embaixadores e Altos Comissários Acreditados em Moçambique, Excelências,

Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de Moçambique,

Excelentíssimos Senhores PCAs e PCEs das Instituições de Crédito,

Distintos Representantes das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras,

**Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

Quero, em primeiro lugar, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, cumprimentar a todos os presentes neste evento, que tradicionalmente acontece após o fecho do ano económico, nas vésperas da realização do nosso Conselho Consultivo.

Aproveito esta oportunidade para exprimir o meu agradecimento especial ao corpo diplomático aqui presente, por nos honrar com a sua presença, apesar dos seus muitos afazeres.

Estendo os agradecimentos aos representantes das instituições de crédito e sociedades financeiras, pela valiosa colaboração ao longo do ano de 2017, a qual muito contribuiu para o cumprimento da nossa missão, enquanto banco central da República de Moçambique.

Para nós, esta é uma ocasião ímpar para partilharmos a nossa visão sobre o estado da economia com os mais altos representantes dos países de onde é proveniente a maioria do capital investido no nosso sistema financeiro.

**Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

Muito recentemente, por ocasião do nosso habitual brinde do fim do ano, tivemos oportunidade de emitir a nossa avaliação sobre o

estado actual e as perspectivas da economia moçambicana. Por isso, não irei cansar-vos com a repetição dessa informação.

Gostaria, entretanto, de destacar alguns aspectos que, na nossa perspectiva, podem constituir a base do nosso diálogo esta noite.

Creio que todos nos recordamos que, entre 2015 e 2016, a nossa economia viveu momentos muito difíceis, com uma inflação elevada, uma depreciação cambial sem precedentes e uma queda acentuada do investimento directo estrangeiro e das nossas reservas internacionais, num ambiente em que a economia desacelerava e havia sinais de instabilidade em algumas instituições de crédito.

Foi neste âmbito que implementamos medidas vigorosas na segunda metade de 2016, aumentando drasticamente as taxas de juro e intervindo em duas instituições de crédito, para além das reformas introduzidas no funcionamento dos mercados monetário e cambial.

O ano de 2017 foi, assim, por nós encarado, com grande expectativa.

Na hora de balanço sobre o desempenho económico de 2017, constatamos, com satisfação, que as medidas tomadas estão a surtir os seus efeitos.

A inflação, que chegou a atingir o pico de 27% em Novembro de 2016, reduziu para 5,7% no fecho de 2017; a taxa de câmbio do Metical em relação ao Dólar dos Estados Unidos, que ultrapassou os 80 meticais por unidade do Dólar dos Estados Unidos, recuou significativamente, tendo-se estabilizado em cerca de 60 meticais; as reservas internacionais, que tinham baixado, passando a cobrir menos de três meses de importações de bens e serviços não factoriais aumentaram para os actuais mais de sete meses.

Ao nível do sistema financeiro, a estabilidade e solidez foram restauradas e o risco sistémico eminente contido, tendo o rácio de solvabilidade do sistema subido para os actuais 20%, depois de ter caído para níveis abaixo do mínimo de 8% requerido, na altura da nossa intervenção no Moza Banco e no Nosso Banco.

Em Setembro de 2017, o governo conferiu competências ao Banco de Moçambique para regulamentar a Lei Cambial, e neste aspecto em particular cumpre-me informar que aprovamos um normativo, em vigor desde dia 27 de Dezembro de 2017, que elimina a obrigatoriedade de conversão de 50% da receita de exportação repatriada para o país e descentraliza, para as instituições de crédito, parte das operações de capitais.

Distintos convidados,

Não restam dúvidas de que estes resultados são muito encorajadores para nós e que foram determinantes para que o Comité de Política Monetária alterasse o sentido da sua política monetária, passando a sinalizar reduções das taxas de juro, a partir de Abril de 2017.

As nossas perspectivas para 2018 são de continuação da melhoria das condições económicas e sociais do país. Nesse ambiente, esperamos prosseguir com o ciclo de redução gradual das taxas de juro, mantendo sempre o compromisso de estabilidade de preços, para níveis de inflação de um dígito.

Continuaremos, ainda, a reforçar a vigilância para que todas as instituições financeiras observem as boas práticas internacionais e cumpram rigorosamente com as recomendações e normas emitidas pelo Banco de Moçambique, visando evitar a degradação da saúde do nosso sistema financeiro.

Porém, estamos também conscientes de que os alicerces da nossa economia continuam ainda frágeis. O crescimento económico de 3% registado em 2017 continua muito abaixo do seu potencial e as receitas fiscais consideravelmente abaixo das necessidades decorrentes do funcionamento normal da economia, num cenário em que se mantém o impasse com os doadores em relação ao financiamento directo ao orçamento.

É neste contexto que somos todos chamados a dar a nossa contribuição, olhando sobretudo para o futuro deste país, para que a sociedade moçambicana, em particular o sector privado, não continue a pagar um preço extremamente elevado pelo ajustamento que levámos a cabo.

As medidas de racionalização da despesa pública, recentemente anunciadas pelo Governo, encorajam-nos bastante a prosseguirmos o curso de redução das taxas de juro em 2018, pois não estamos confortáveis com o seu actual nível nem com a tendência crescente do crédito malparado.

Acreditamos, contudo, que o sucesso das nossas políticas depende tanto do apoio dos agentes económicos, em especial as instituições de crédito e sociedades financeiras, que devem acompanhar a tendência da política monetária, quanto dos nossos parceiros de cooperação, pois sem a retoma do seu apoio ao orçamento do Estado os riscos de instabilidade económica e social continuarão latentes na nossa economia.

Essa é a nossa visão sobre o estado da economia e resume a mensagem que levaremos ao nosso Conselho Consultivo, que terá lugar em Lichinga, de 24 a 26 deste mês. Para o presente ano, propomos como tema para debate público a problemática do comércio transfronteiriço, com particular atenção à província de Niassa, analisando os seus impactos no comércio externo, no emprego e no rendimento das famílias locais.

Com estas palavras termino a minha intervenção, renovando os votos de um próspero 2018.

Muito obrigado!

Maputo, 17 de Janeiro de 2018

**ABERTURA DO 42.º CONSELHO
CONSULTIVO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE**



“

Para além das medidas nos domínios macroeconómico e de estabilidade do sistema financeiro, assuntos que foram abordados exaustivamente na nossa recente intervenção por ocasião do brinde de fim do ano, o Banco de Moçambique realizou outras acções e reformas que merecem o nosso destaque.

”

Senhor Vice-Governador, Excelência

Excelentíssimos Senhores Administradores,

Excelentíssimos Senhores Assessores,

Estimados Directores e Assistentes de Direcção,

Estimado Senhor Representante do Comité Sindical de Empresa,

**Estimado Senhor Presidente da Associação dos
Trabalhadores,**

Digníssimos Gestores e Técnicos,

**Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

É com elevada honra que apresento, em nome do Conselho de Administração e em meu nome, as saudações aos gestores e técnicos do Banco de Moçambique presentes neste Conselho Consultivo, a todos desejando uma boa estada na cidade de Lichinga, que nos acolhe com todo o seu esplendor natural e hospitalidade, características que certamente nos irão inspirar e conferir as energias necessárias para juntos enfrentarmos, com renovado espírito de missão, um novo ano pleno de desafios.

Quero também, nesta ocasião, agradecer ao Governo e às autoridades da província de Niassa e do Município de Lichinga pela pronta colaboração que prestaram ao Banco de Moçambique na preparação deste Conselho Consultivo, bem assim pela calorosa recepção que nos concederam.

Não poderia deixar de expressar o reconhecimento do Conselho de Administração pelo trabalho abnegado levado a cabo pela Comissão Organizadora desta importante reunião, que nos últimos meses tudo fez para que ela tivesse lugar.

É sempre importante recordar que o Conselho Consultivo é um órgão alargado de consulta do Conselho de Administração, consagra-

do na Lei Orgânica do Banco, no qual o Conselho de Administração busca aconselhamento técnico para cumprir, de forma eficaz, a missão institucional de garante da estabilidade macroeconómica e do sistema financeiro moçambicano.

Devo, igualmente, assinalar o nosso pesar pela perda, ao longo do ano findo, de colegas, no activo e na situação de reforma, que deram o melhor de si em prol do Banco, contribuindo para edificar esta instituição de que hoje podemos todos orgulhar-nos. Em sua homenagem, peço que observemos um minuto de silêncio.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Realizamos o nosso Conselho Consultivo num ambiente económico marcadamente distinto do que caracterizou a edição do ano passado.

Quando nos reunimos em Maputo, em finais de Janeiro de 2017, enfrentávamos uma inflação alta, em torno de 25%, ainda que em trajectória descendente, após as medidas vigorosas que havíamos tomado em finais do ano anterior.

O ambiente de risco e incerteza que caracterizava a conjuntura doméstica em Janeiro de 2017 colocava as nossas previsões de inflação para finais de 2017 em redor de 14%. Estas previsões foram sendo sucessivamente melhoradas, como resultado das medidas macroeconómicas tomadas para o controlo da inflação, conjugadas com o trabalho árduo de todos os moçambicanos nos vários sectores de actividade, num ambiente de paz e de efeitos climáticos favoráveis à produção agrícola.

Em 2017, a inflação acumulada e homóloga recuou para 5,65% e a taxa média anual para 15,1%, logrando, deste modo, colocar a inflação no nível estabelecido pelos compromissos de convergência nominal acordados pelos países da SADC.

A par do controlo da inflação, em 2017, o Metical mostrou-se estável em relação às principais divisas transaccionadas no mercado cambial moçambicano.

A título de exemplo, após ter atingido o pico 80 meticais por cada Dólar norte-americano em Setembro de 2016, em Dezembro do ano passado foi cotado, em média, a 58,8 meticais.

No ano em revista, a posição externa de Moçambique melhorou, quer na óptica da balança de pagamentos, quer na perspectiva de reservas internacionais, facto que reflecte a capacidade do país de fazer face aos seus compromissos para com o exterior. Com efeito, o défice da conta corrente reduziu em 1.740 milhões de dólares dos Estados Unidos, e as nossas reservas internacionais brutas incrementaram para um saldo de aproximadamente 3.3 mil milhões de dólares americanos, suficientes para fazer face a mais de 7 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, excluindo as transacções dos grandes projectos, quando em finais de 2016 as mesmas representavam menos de 3 meses.

Na vertente de estabilidade do sistema financeiro, notamos com satisfação que, após as intervenções efectuadas em duas instituições problemáticas em 2016, o sistema bancário moçambicano apresenta-se mais sólido e robusto, tendo o rácio de solvabilidade incrementado de menos de 8% no quarto trimestre de 2016 para cerca de 20% em finais de 2017.

No âmbito da modernização da política monetária, alterámos o quadro operacional, iniciando deste modo a transição de um regime quantitativo de base monetária para um regime baseado na taxa de juro, introduzindo a taxa de juro de política monetária, que tem como alicerce a taxa MIMO – taxa do mercado monetário de Moçambique, que guia as nossas intervenções no mercado.

No contexto dos ajustamentos realizados no mecanismo de condução da política monetária, adequámos o regime de constituição de reservas obrigatórias de base diária para base média, bem como assinámos um acordo tripartido com os bancos e a Associação Moçambicana de Bancos, visando uniformizar a base de cálculo das taxas de juro do mercado, através da instituição de um indexante único.

No âmbito da política cambial, introduzimos a taxa de câmbio de referência, estabelecendo o princípio de unicidade da taxa de câmbio, com o objectivo de garantir uma maior transparência e credibilidade das taxas de câmbio praticadas no mercado cambial.

Aprovámos, ainda, normas e procedimentos cambiais que, entre outros aspectos, eliminam a obrigatoriedade de conversão de 50% da receita de exportação repatriada para o país e descentraliza, para as instituições de crédito, parte das operações de capitais, o que confere maior celeridade às operações de capital e contribui para a melhoria do ambiente de negócios.

No que concerne à regulamentação das instituições de crédito, visando a promoção da solidez e robustez do sistema bancário, aprovámos o aumento do capital social mínimo das instituições de crédito, alterámos a composição dos fundos próprios e elevámos os rácios e limites prudenciais dos bancos, sendo de destacar os rácios de solvabilidade e liquidez.

Aprovámos ainda a obrigatoriedade de os bancos passarem a publicar regularmente informações sobre os seus níveis de solvabilidade e liquidez, e introduzimos o princípio de publicação do nome das instituições de crédito e sociedades financeiras que tenham sido penalizadas em decorrência de infracções cometidas no exercício das respectivas funções, com vista a promover a transparência, competitividade, estabilidade e solidez do nosso sistema financeiro.

Para além das medidas nos domínios macroeconómico e de estabilidade do sistema financeiro, assuntos que foram abordados exaustivamente na nossa recente intervenção por ocasião do brinde de fim do ano, o Banco de Moçambique realizou outras acções e reformas que merecem o nosso destaque.

Com efeito, visando estreitar ainda mais as relações com os nossos parceiros, firmámos acordos e estabelecemos parcerias de trabalho com diversas instituições, nomeadamente a Autoridade Tributária, a Associação Moçambicana de Bancos, a Confederação das Associações Económicas e o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O ano de 2017 foi igualmente marcado pelo aprofundamento das reformas internas na nossa instituição, nos domínios da sua estru-

tura de funcionamento, da capacitação institucional e de reajustamento da força de trabalho para as diferentes funções.

Com efeito, procedemos à extinção dos subsídios técnicos, uniformizando os salários para as diversas categorias técnicas, premissa importante para encorajar a mobilidade dos trabalhadores entre diferentes unidades de estrutura. Ademais, implementámos o sistema de carreiras profissionais e procedemos à revisão do nosso sistema de assistência médica, alargando a sua cobertura para o cônjuge do trabalhador do Banco de Moçambique.

Em 2017, Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, procedeu à inauguração dos novos edifícios do Banco de Moçambique, o que permitiu que os nossos trabalhadores usufruíssem de condições de trabalho mais dignas e modernas.

No âmbito da função emissora, seguindo as boas práticas internacionais, lançámos a nova série do Metical, no dia 16 de Junho, juntando-se assim às já existentes séries de 2006 e 2011.

Aprovámos, igualmente, a Política de Comunicação, um instrumento importante para guiar a nossa actuação nos domínios da comunicação interna e externa, incluindo a orientação para formas modernas de comunicação, o que norteou a criação e o uso de redes sociais, as quais incluem o *Facebook* e o *Twitter*.

No domínio da cooperação internacional, assinámos acordos de cooperação técnica com o banco central da Noruega, Autoridade Monetária de Macau, e com o Banco Islâmico do Desenvolvimento.

Cumpre-me reconhecer o trabalho árduo e incansável de todos os trabalhadores do Banco, para que estes resultados, que marcaram a vida da nossa instituição em 2017, pudessem ser aqui catalogados de positivos.

Distintos Gestores e Técnicos, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não seria possível, em pouco tempo, enumerar todas as realizações e reformas levadas a cabo em 2017, e estamos conscientes de que há

ainda muito por fazer, visando a melhoria das condições dos nossos colaboradores e da nossa actuação na prossecução da nossa missão.

Por isso, estamos convictos de que, do debate que hoje inicia, colheremos importantes lições e recomendações para uma ainda melhor actuação no corrente ano.

Para a presente edição do Conselho Consultivo, continuamos a manter a tradição de reservar os primeiros dois dias à discussão de assuntos internos da instituição com os gestores e técnicos do Banco de Moçambique, estando o terceiro dia aberto aos nossos parceiros e ao público em geral, para o debate sobre um tema de relevância e interesse nacionais.

Assim, nos primeiros dois dias iremos nos debruçar sobre os habituais temas de Balanço das Recomendações do anterior Conselho Consultivo, Principais Medidas de Políticas tomadas no ano anterior, e o Balanço social. A estes juntam-se outros temas, especificamente “Processo de *Procurement* e Aquisição de Bens e Serviços no Banco de Moçambique: Constrangimentos e Reformas Necessárias”, “Modelo de Planeamento Estratégico e Operacional Adoptado pelo Banco de Moçambique – Desafios e Perspectivas” e “Avaliação do Sistema de Melhoria de Desempenho e de Promoções do Banco de Moçambique”.

Para o terceiro dia, está previsto o debate em torno do tema “Comércio Transfronteiriço e Seu Impacto na Economia Local – o Caso da Província de Niassa”, que se espera traga lições importantes sobre a problemática do comércio transfronteiriço, uma realidade de várias vilas fronteiriças do nosso país.

Termino a minha intervenção apelando para um debate aberto e franco, e renovando os votos de um próspero 2018 a todos os trabalhadores do Banco de Moçambique e suas estimadas famílias!

Declaro, assim, aberto o 42.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique!

Muito obrigado pela atenção.

Lichinga, 24 de Janeiro de 2018

**INAUGURAÇÃO DA AGÊNCIA
DO MOZA BANCO EM LICHINGA**



“

A implantação desta agência constitui um efectivo estímulo à concorrência saudável entre as instituições financeiras aqui localizadas, e, por essa via, um contributo para a melhoria da qualidade dos serviços bancários prestados aos agentes económicos e à população em geral.

”

Senhor Governador da Província de Niassa, Excelência

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal da
Cidade de Lichinga,**

Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique, Excelência

**Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de
Moçambique,**

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Administração
do Moza Banco,**

**Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho de Administração
do Moza Banco,**

**Estimados Representantes das Instituições de Crédito e Sociedades
Financeiras,**

Distintos Convidados,

**Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

Apresento as minhas saudações a todos os presentes nesta cerimónia de inauguração da primeira agência do Moza Banco na cidade de Lichinga, e agradeço, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, o convite que nos foi formulado para participar neste evento, que tem a feliz coincidência de ocorrer numa altura em que os gestores e técnicos do Banco de Moçambique se encontram nesta parte do país, no contexto da realização do Conselho Consultivo da nossa instituição.

Permitam-me que enderece as nossas felicitações ao Moza Banco, seus colaboradores, gestores e membros do conselho de administração, representados pelo seu Presidente, Dr. João Figueiredo, pela iniciativa de abertura desta agência.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o Moza Banco enfrentou momentos muito difíceis, que perigavam a saúde de todo

o sistema financeiro, o que nos obrigou, como instituição reguladora, a fazer uma intervenção em Outubro de 2016.

Assim sendo, a abertura desta agência é uma clara reconfirmação do que temos vindo a dizer, ou seja, que conseguimos, com o apoio e a paciência de todos os moçambicanos, concluir o processo de intervenção com sucesso, devolvendo assim esta instituição ao mercado com estabilidade e liquidez adequada.

Neste contexto, gostaríamos de apelar aos gestores desta instituição a pautarem por rigor e prudência na gestão, ponderando sempre entre a expansão territorial, em resposta aos nossos apelos para a bancarização do país, e a sua capacidade financeira.

Acreditamos que a abertura desta agência irá melhorar os indicadores de inclusão financeira, que na província de Niassa apresentam níveis muito baixos, quando comparados com o resto do país.

Só para ilustrar, em finais de 2017 a província de Niassa apresentava um total de 20 agências, o que representa menos de 3% do total de 679 existentes no país, 64 ATM, de um total de 1507, e apenas cerca de 153 mil contas bancárias, para mais de quatro milhões em todo o país.

Estes números espelham o défice de oferta de instituições financeiras em Niassa, o que é agravado quando avaliamos o potencial da sua actividade económica. Aliás, o estudo que apresentámos na manhã de hoje, no nosso Conselho Consultivo, revela um potencial enorme de produção e comercialização de produtos agrícolas, que, certamente, vai exigir uma cada vez maior presença de instituições de crédito nesta província.

A implantação desta agência constitui um efectivo estímulo à concorrência saudável entre as instituições financeiras aqui localizadas, e, por essa via, um contributo para a melhoria da qualidade dos serviços bancários prestados aos agentes económicos e à população em geral.

Uso ainda esta oportunidade para saudar o empenho das instituições de crédito autorizadas a operar em Moçambique, as quais, à

semelhança do que o Moza Banco hoje aqui nos proporciona, têm estado a contribuir para o provimento de serviços financeiros em condições condignas e de segurança.

Estão também de parabéns os agentes económicos e a população desta cidade, que, a partir de hoje, passam a contar com mais uma agência bancária, que irá com certeza impulsionar ainda mais a actividade económica através da intermediação financeira, contribuindo desse modo para o desenvolvimento da província de Niassa, da cidade de Lichinga e do país.

Termino a minha intervenção reiterando as nossas felicitações ao Moza Banco e desejando-lhe muitos sucessos.

Muito obrigado!

Maputo, 26 de Janeiro de 2018

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
DO 42.º CONSELHO CONSULTIVO
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE**



“

(...) o comércio transfronteiriço na província de Niassa constitui um importante instrumento de estímulo à produção local, de geração de renda das famílias e de criação de emprego local, muito embora subsistam elevados custos de transacção na comercialização doméstica, que decorrem, por um lado, das deficientes ligações entre os centros de produção e de comercialização dentro do país, e, por outro, dos constrangimentos na área de infra-estruturas de conservação nas zonas de produção.

”

Senhor Governador da Província de Niassa, Excelência

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Lichinga, Excelência

Senhores Antigos Governadores do Banco de Moçambique, Excelências

Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique, Excelência

Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de Moçambique,

Excelentíssimos Senhores Representantes de Instituições do Governo,

Excelentíssimos Senhores Representantes de Instituições Crédito e Sociedades Financeiras,

Caros Gestores e Técnicos do Banco de Moçambique,

Distintos Convidados,

**Minhas Senhoras e
Meus Senhores,
Muito bom dia!**

Quero, em primeiro lugar, agradecer, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, a vossa presença neste 42.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, que muito nos honra e dignifica.

Nesta oportunidade, gostaria de renovar os nossos votos de um próspero 2018 a todos Vós e às Vossas respectivas famílias, bem como aos nossos parceiros, agradecendo desde já a Vossa valiosa contribuição para o cumprimento da nossa missão como banco central.

Os nossos agradecimentos estendem-se ao governo e à população da província de Niassa, representados por Sua Excelência Arlindo Chilundo, Governador da província, e pelo Excelentíssimo Senhor Saide Amido, edil do Município de Lichinga, por nos acolherem com todo o carinho e com uma hospitalidade ímpar.

Para o Banco de Moçambique, este evento é de extrema importância, pois é do processo de interacção e consulta com todos os participantes que resultam recomendações que servem de guia para conferir maior eficácia à nossa actuação.

**Ilustres Convidados,
Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

Os trabalhos do 42.º Conselho Consultivo iniciaram há dois dias, com um debate caloroso, franco e aberto sobre assuntos da vida interna da nossa organização, em resultado do qual o Conselho de Administração anotou um conjunto de recomendações que serão posteriormente analisadas e, em função das prioridades, implementadas, tendo em vista uma maior eficácia das nossas acções, enquanto garantes da estabilidade de preços e do sistema financeiro.

Aproveitámos ainda a nossa estada para testemunhar o excelente trabalho que está sendo desenvolvido na província de Niassa, visando a melhoria do bem-estar das famílias. Tivemos a oportunidade de visitar diversas iniciativas económicas locais, com destaque para a farma de produção e processamento de macadâmia e a fábrica de processamento de milho, importantes empreendimentos para acrescentar valor à cadeia de produção, bem assim para a criação de emprego e geração de rendimentos.

Como é tradição, no terceiro e último dia do nosso Conselho Consultivo trazemos um tema para debater com o público, a fim de obter subsídios para a nossa actuação futura. A título de exemplo, na sequência da reflexão apresentada no Conselho Consultivo do ano passado, operámos uma alteração profunda na nossa actuação nos mercados, desde Abril de 2017, introduzindo a taxa de juro do mercado interbancário de Moçambique, taxa MIMO. Este exemplo mostra a relevância que atribuímos à discussão pública

dos trabalhos que regularmente temos vindo a promover nos nossos conselhos consultivos.

Para este ano, trazemos a debate uma reflexão intitulada “Comércio Informal Transfronteiriço em Niassa e seus Impactos Económicos e Sociais a Nível Local”, relativamente à qual, não obstante retratar o caso específico da província de Niassa, esperamos colher contribuições e extrair lições importantes sobre uma realidade que, afinal, caracteriza vários pontos fronteiriços do país.

As principais motivações para elegermos este tema foram as seguintes:

Primeiro, considerámos importante compreender, na nossa qualidade de fazedores de políticas públicas, as características do comércio informal transfronteiriço no nosso país, e aferir as suas implicações sobre o comércio externo, o emprego e o rendimento das famílias, de modo a que o desenho das nossas políticas seja o mais adequado possível ao país real.

Em segundo lugar, como é do domínio geral, compete ao Banco de Moçambique centralizar e compilar as estatísticas do sector externo para a produção da balança de pagamentos do país. Nesta qualidade, interessa-nos quantificar a actividade comercial nas fronteiras, que continua fora do circuito formal, num contexto em que o volume do comércio entre Moçambique e o resto do mundo continua a crescer, o que poderá melhorar a cobertura das nossas estatísticas e permitir um melhor enquadramento da nossa actuação na vertente da política monetária e cambial.

Numa avaliação preliminar e mais abrangente, o estudo constata que o comércio transfronteiriço na província de Niassa constitui um importante instrumento de estímulo à produção local, de geração de renda das famílias e de criação de emprego local, muito embora subsistam elevados custos de transacção na comercialização doméstica, que decorrem, por um lado, das deficientes ligações entre os centros de produção e de comercialização dentro do país, e, por outro, dos constrangimentos na área de infra-estruturas de conservação nas zonas de produção.

Distintos Convidados,

Permitam-me que termine a minha intervenção renovando os votos de boas-vindas a todos os participantes, confiante de que iremos, mais uma vez, beneficiar de um debate construtivo e proveitoso.

Declaro, assim, aberta a sessão pública do 42.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique.

Muito obrigado pela atenção dispensada!

Lichinga, 26 de Janeiro de 2018

**ABERTURA DO ANO LECTIVO DA
UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA
"AULA INAUGURAL"**

**DILEMA ENTRE A ABUNDÂNCIA
DE RECURSOS NATURAIS E O
CRESCIMENTO ECONÓMICO: DESAFIOS E
OPORTUNIDADES.**

“

É fundamental que a utilização das receitas resultantes da exploração dos recursos naturais não renováveis não constitua uma decisão exclusiva dos formuladores de política económica, usada para resolver as necessidades imediatas, mas sim que seja um reflexo das intenções das diferentes esferas da sociedade civil e das comunidades de onde esses recursos são extraídos.

”

Permitam-me, em primeiro lugar, que saúde a todos os presentes e enderece os meus sinceros agradecimentos ao Prof. Doutor Jorge Ferrão, Magnífico Reitor da Universidade Pedagógica, por me honrar com este aliciante e ao mesmo tempo prestigiante convite para estar aqui, hoje, rodeado de tantos jovens, que certamente serão os futuros dirigentes do nosso país.

É, para mim, uma grande honra estar convosco nesta sala e poder partilhar algumas das minhas ideias e reflexões sobre a economia de Moçambique, saindo um pouco da esfera da actuação do Banco de Moçambique, mas centrando-me num tema igualmente importante para o futuro do nosso país, e acima de tudo para a nossa juventude.

Admito que é a primeira vez que profiro uma aula inaugural numa Universidade. Talvez por isso, este momento me faça recuar para tempos que já lá vão, quando eu, ainda estudante universitário, com toda a força e vontade que a juventude tem para mudar o mundo, ávido de obter novos conhecimentos, após participar em várias palestras, sentia que muitas delas não tinham dito nada de novo.

Quando observo as faces de muitos estudantes aqui presentes, re-vejo essa vontade de ouvir algo novo. Devo confessar, porém, que não irei falar nada que não tenham ouvido noutras palestras. Talvez seja mais enfático, mas, como foi anunciado previamente, o tema que proponho abordar tem muita ligação com a actualidade que estamos a viver em Moçambique:

“O dilema de ter muitos recursos naturais e, mesmo assim, não alcançar os níveis de crescimento económico desejáveis”.

Vou fazer a minha dissertação em torno de três dimensões centrais: primeiro, pretendo recordar-vos sobre o potencial de recursos naturais que Moçambique possui; segundo, irei demonstrar, socorrendo-me das experiências internacionais, que nem sempre ter recursos naturais em abundância é sinónimo de ter um crescimento robusto e inclusivo, daí a noção de dilema; terceiro, focando alguns factores que concorrem para isso, tentarei argumentar que, apesar de Moçambique possuir recursos naturais em abundância, continuamos com padrões de desenvolvimento abaixo dos desejáveis.

Posto isto, irei avançar com alguns desafios que, se resolvidos, poderão constituir uma plataforma importante para um crescimento inclusivo e sustentável.

Permitam-me, então, que comece por apresentar-vos de que Moçambique estamos a falar, para que todos partamos da mesma base de análise.

Moçambique possui uma localização geográfica privilegiada, junto da costa oriental da África Austral, com uma linha costeira de cerca de 2.300 km, o que, para além do potencial pesqueiro e turístico, o torna num pivô perfeito a nível do comércio internacional e numa rota importante dos países vizinhos da hinterlândia para o resto do mundo.

Os indicadores demográficos do censo de 2017 indicam que o país conta com um elevado potencial de força de trabalho, com um total de 28,8 milhões de habitantes e uma densidade populacional de 36,1 habitantes por km². No entanto, apenas cerca de 51% da população de Moçambique é alfabetizada e cerca de 70% reside nas zonas rurais e pratica actividades relacionadas com a agricultura, pesca e pecuária de subsistência.

Moçambique é ainda abençoado pela dotação de recursos naturais, de onde se destaca a existência 36 milhões de hectares de terras férteis, propícias para a prática da agricultura, sendo que, nos últimos anos, a agricultura constituiu a principal fonte de rendimento, representando cerca de 25% do PIB.

Com efeito, foi identificado um total de seis corredores estratégicos com potencial para o desenvolvimento da agricultura, mas que ainda se encontram subaproveitados, especificamente Nacala, Vale do Zambeze, Beira, Pemba e Lichinga, Limpopo e Maputo. Foram também identificadas 12 importantes cadeias de produto e valor agrícola para a produção, entre outros, de arroz, soja, milho, cana-de-açúcar, algodão e castanha de caju, bem como para o corte e processamento de madeira, mas que se encontram pouco desenvolvidas.

O país detém ainda um elevado potencial para a produção de energia hidroeléctrica, eólica e geotérmica, sendo visto como uma potencial solução para a redução do défice de energia eléctrica na região da SADC.

Neste âmbito, destacam-se projectos como a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, a barragem de Massingir, as centrais térmicas de Benga, Nkondezi e Moatize, para além do projecto ainda em carteira de construção da barragem de Mpanda Nkuwa.

Moçambique tem-se distinguido também pela sua riqueza em termos de recursos minerais, tendo, neste sentido, atraído grandes investidores para desenvolverem grandes projectos na área da indústria extractiva, com destaque para a exploração de: (i) gás natural na bacia do Rovuma (uma das maiores reservas mundiais de gás natural); (ii) gás natural nas províncias de Inhambane e Sofala; (iii) carvão mineral em Moatize, na província de Tete; bem assim (iv) das áreas de extracção de ouro, areias pesadas e pedras preciosas como o rubi, nas zonas centro e norte.

Como podem notar, Moçambique foi abençoado com um vasto potencial de recursos naturais. Mas o que nos diz a experiência internacional sobre abundância de recursos *vis-à-vis* o crescimento económico?

De acordo com a informação reportada pela UNCTAD sobre os fluxos de investimento directo estrangeiro em África, que ascendiam aos USD 59,4 biliões no ano de 2016, Moçambique fez parte do grupo das seis economias de África que mais fluxos recebeu naquele ano, e foi a segunda na região da SADC, ficando atrás apenas de Angola.

Do total dos fluxos de IDE recebidos pelo continente Africano, a maioria destinou-se ao sector extractivo, com realce para o gás natural, petróleo e carvão, o que mostra a grande ligação entre o IDE em África e a extracção dos recursos naturais.

Entretanto, observando a situação actual da maioria dos países africanos, nota-se que o efeito desse investimento não é o mais desejado, pois os níveis de desenvolvimento das suas economias conti-

nuam baixos, ao mesmo tempo que os indicadores de pobreza não reduziram o suficiente. Alguns académicos criticam o facto de a região ainda enfrentar constrangimentos em termos de capacidades humanas, capital e boa governação, apesar da abundância de recursos naturais em África.

A concentração de fluxos de investimento directo estrangeiro nos sectores orientados para a extracção dos recursos naturais faz com que a maior parte das economias marginalize os outros sectores estratégicos, mostrando a experiência internacional que a agricultura e a indústria transformadora têm sido os mais sacrificados.

Com efeito, o crescimento das economias africanas que mais fluxos de investimento directo estrangeiro recebem, a exemplo de Angola, Nigéria e Gana, é dependente da extracção e exportação de recursos naturais, sem nenhum valor acrescentado e com pouca repercussão noutros sectores da economia.

Este cenário resulta numa fraca diversificação da base produtiva das economias africanas, o que as torna dependentes e vulneráveis ao comportamento dos preços internacionais das mercadorias. Assim, quando a economia global está numa fase de crescimento, requer um maior consumo dessas mercadorias, estimulando o crescimento dos seus preços, e vice-versa, o que afecta directamente as receitas dos países africanos exportadores, no caso vertente, e torna o comportamento das suas economias muito volátil.

Esta forma de exploração, concentrada em um ou em poucos produtos, e de forma intensa, coloca sérios problemas de sustentabilidade no tempo, principalmente se tomarmos em consideração que muitos dos recursos não são renováveis, como são os casos do petróleo, do gás natural e do carvão.

A informação disponível mostra que o dilema entre a abundância de recursos naturais e o crescimento ou pobreza também pode ser uma realidade em Moçambique, se não for devidamente enfrentado.

Com efeito, o elevado crescimento económico observado nas últimas décadas em Moçambique, de cerca de 7% por ano, não foi

suficientemente inclusivo para gerar as externalidades positivas necessárias para a melhoria efectiva da vida da maioria da população.

Dados recentemente publicados sobre a avaliação da pobreza e bem-estar em Moçambique mostram que cerca de 46,1% da população ainda vivia abaixo da linha de pobreza em 2014, o equivalente a um total de 11,8 milhões de habitantes, o mesmo número observado em 1996 (12 milhões).

No mesmo período, segundo os dados dos inquéritos ao orçamento familiar, a desigualdade na distribuição do rendimento (medida pelo conhecido coeficiente de Gini) aumentou de 0,4 em 1996 para 0,47 em 2014.

Adicionalmente, o produto interno bruto *per capita*, ou seja, o rendimento que se supõe que cada um dos 29 milhões de moçambicanos tenha (se todos tivessem o mesmo rendimento) não mudou nos últimos anos, tendo-se fixado em USD 430 em 2017, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional.

Na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano, de um total de 188 países, Moçambique encontrava-se classificado na posição 181 em 2016, situando-se no grupo dos dez países menos desenvolvidos do mundo, sendo o pior classificado dos países da CPLP e da região da SADC.

O país destaca-se ainda no grupo dos 10 países com o menor desenvolvimento de infra-estruturas em África, ocupando a posição 45, num total de 54 economias africanas avaliadas pelo Índice de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África, e encontra-se no grupo dos países com maior percepção de corrupção do mundo, ocupando a posição 142, num total de 176 economias analisadas pelo Índice de Percepção de Corrupção.

O aspecto ainda mais importante a destacar é o facto de a estrutura económica praticamente não se ter alterado nos últimos anos, em que, com a excepção dos sectores da indústria extractiva e dos serviços financeiros, que observaram uma melhoria decorrente dos grandes projectos, a base produtiva continuou a ser dominada pelo sector da agricultura, maioritariamente de subsistência, represen-

tando cerca de 25% do PIB, enquanto os restantes sectores mantiveram a mesma estrutura de há 18 anos atrás.

Sendo assim, o que fazer?

Considero que o primeiro grande desafio passa por integrar a sociedade civil, com especial destaque para as camadas mais jovens, no debate sobre como criar um fundo de riqueza nacional que permita transformar os ganhos obtidos pela exploração de recursos naturais não renováveis em geração de recursos renováveis.

É fundamental que a utilização das receitas resultantes da exploração dos recursos naturais não renováveis não constitua uma decisão exclusiva dos formuladores de política económica, usada para resolver as necessidades imediatas, mas sim que seja um reflexo das intenções das diferentes esferas da sociedade civil e das comunidades de onde esses recursos são extraídos.

E, neste aspecto, quero insistir que vocês, jovens, devem começar a criar agora uma massa crítica activa, sonante e capaz de exigir uma maior participação no processo de definição das regras que vão ditar a utilização das receitas da exploração dos recursos naturais e na escolha do modelo de desenvolvimento mais adequado para o nosso país, que ainda tem muitas necessidades básicas por resolver, mas que tem também de garantir riqueza para as gerações vindouras.

Há vários modelos já testados noutros países que poderão servir de exemplo.

É fundamental que sejam empoderados – e as universidades são um bom local para isso – e se apropriem do vosso futuro, iniciando agora um trabalho árduo de monitoria activa dos processos de formulação de políticas, de modo a certificar que os vossos interesses estejam reflectidos nas medidas de política a serem implementadas.

Assumam que é vosso direito, na qualidade do futuro deste país, exigir um maior rigor e disciplina dos actuais formuladores de políticas na utilização das receitas de exploração dos recursos natu-

rais, garantindo que estes ganhos sejam usados para a construção de infra-estruturas prioritárias para o país, para a geração de capital humano, através de investimentos em educação e tecnologias, que elevem cada vez mais a produtividade da força de trabalho nacional e promovam a criação de recursos renováveis.

Só assim é que se poderá atingir uma transformação da estrutura produtiva da economia e geração de ganhos e oportunidades para as gerações vindouras.

É igualmente importante assegurar que as autoridades governamentais consolidem um ambiente de paz e de estabilidade política, factor que vai permitir que os agentes económicos possam desenvolver as suas ligações produtivas e comerciais num cenário de segurança e de livre circulação de pessoas e bens, nas diferentes regiões do país.

Adicionalmente, é prioritário adoptar reformas que activem a melhoria contínua do ambiente de negócios, possibilitando um desenvolvimento diversificado e inclusivo do tecido empresarial.

O actual ambiente de negócios é mais orientado para os grandes projectos, cuja pujança financeira e capacidade de negociação lhes permite aceder aos regimes especiais, que facilitam as suas operações, enquanto o remanescente segmento empresarial lida com um ambiente de negócios pouco desenvolvido e com vários constrangimentos.

Segundo o *Doing Business* de 2018, Moçambique pertence ao grupo dos países onde é difícil iniciar um empreendimento, situando-se na posição 134, de um total de 190 economias, posicionando-se atrás de economias como Maurícias, Botswana e África do Sul.

Este facto, aliás, é reforçado pelos dados do Censo de Empresas, que indicam que, num horizonte de 12 anos, o número de micro, pequenas e médias empresas, que são as que promovem mais postos de emprego, reduziu em 1.681, passando para 26.793 em 2016, enquanto as grandes empresas, que são maioritariamente intensivas em capital, quase que triplicaram, passando para 905 em 2016.

Combinado com este facto, é também necessário atrair e apoiar projectos de investimento directo estrangeiro numa base mais diversificada.

Apesar de o país se notabilizar pelo aumento substancial do IDE, este não tem estado a promover a transformação económica desejada, visto que a maior proporção destes investimentos se destina aos sectores de gás natural e carvão, em detrimento de áreas de elevado potencial como a agricultura, a pesca, a pecuária, a manufactura e o turismo. Efectivamente, no período de 2010-2017, cerca de 69% do IDE destinava-se à indústria extractiva para a exploração de carvão e gás natural, tornando a economia vulnerável à volatilidade dos preços internacionais destas mercadorias.

A nós, do sistema financeiro, cabe-nos cumprir com urgência a missão importante de aumentar os níveis de inclusão financeira da nossa população, dado o potencial que os serviços financeiros possuem de dinamizar o crescimento das economias através da promoção de actividades geradoras de rendimento, poupança e novos investimentos, para além de contribuir para a melhoria das condições de vida e sociais.

É do nosso conhecimento que Moçambique possui um baixo nível de inclusão financeira e um sistema financeiro subdesenvolvido, em parte decorrente da fraca cobertura da rede bancária, que atinge maioritariamente as zonas urbanas e apenas 94 distritos, dum total de 154, muito por conta dos elevados custos de transacção e do défice de infra-estruturas, que dificulta a instalação de agências bancárias em alguns pontos do país.

Este cenário faz com que, segundo o FINSCOPE 2014, apenas 20% da população adulta tenha acesso a serviços e produtos financeiros formais em Moçambique.

Estes níveis de inclusão financeira podem ser melhorados, através da aposta:

- (i) no desenvolvimento de serviços e produtos financeiros baseados na utilização das tecnologias de informação e comunicação, que contornam a necessidade de presença física de uni-

dades bancárias em locais de difícil acesso e permitem atingir uma vasta gama da população que não tem acesso a serviços financeiros formais;

- (ii) na implementação de actividades de educação financeira, de modo que a população adquira os conhecimentos necessários para melhor explorar o potencial dos serviços financeiros existentes; e
- (iii) no reforço do quadro de protecção do consumidor, melhorando a confiança da população no sistema financeiro.

Associado ao ponto anterior, é também necessário promover a poupança doméstica, uma vez que a mesma tem sido insuficiente para financiar as necessidades domésticas de investimento.

Efectivamente, o défice entre a poupança e o investimento doméstico em 2014 situou-se próximo de 40% do PIB, fazendo com que o país se torne vulnerável e dependente das poupanças do resto do mundo, principalmente na forma de investimento directo estrangeiro, que tem estado a crescer nos últimos anos.

A nível do sector público, também é patente a escassez de fundos, na medida em que as receitas domésticas arrecadadas pelo Estado não têm sido suficientes para cobrir a despesa pública, colocando as finanças públicas numa posição crónica de défice.

Este cenário faz com que o país seja dependente da ajuda externa na forma de donativos e créditos, para financiar o défice público. Nos últimos anos, a dívida pública cresceu substancialmente para níveis insustentáveis, muito por conta das dívidas ocultas, que ainda precisam de ser resolvidas.

Percebo que estes desafios não são fáceis de solucionar e que o sucesso para os ultrapassar depende, sobretudo, do esforço e comprometimento de todos nós, em particular dos jovens, que são o pilar do nosso desenvolvimento.

Termino agradecendo a vossa atenção e desejando a todos os estudantes aqui presentes muitos sucessos na vida académica e que assimilem os conhecimentos para serem os agentes transformadores da nossa economia, aplicando o vosso inteiro saber para tornar Moçambique um país com um crescimento mais firme, sólido e inclusivo, quer social, quer economicamente.

Maputo, 2 de Março de 2018

**ASSINATURA DE TRÊS PROTOCOLOS DE
COOPERAÇÃO ENTRE A AUTORIDADE
TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE, O BANCO
DE MOÇAMBIQUE E O INSTITUTO
NACIONAL DE ESTATÍSTICA**



“

Estou certo de que os protocolos que acabamos de assinar contribuirão para um melhor desempenho do Banco de Moçambique no âmbito das atribuições que lhe são consagradas pela sua lei orgânica, ao passar a contar com mais informações, que, pela sua qualidade e tempestividade, irão conferir maior robustez às previsões que sustentarão as suas decisões, prestando, assim, um papel mais relevante à sociedade em geral.

”

**Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique,
Excelência**

**Excelentíssima Senhora Presidente da Autoridade Tributária
de Moçambique,**

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Nacional de
Estatística,**

**Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de
Moçambique,**

**Caros Gestores e Técnicos do Banco de Moçambique, da
Autoridade Tributária e do Instituto Nacional de Estatística,**

Distintos Convidados,

**Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

É com elevada honra que, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, endereço a todos os presentes os votos de boas-vindas a esta cerimónia de assinatura de protocolos de cooperação entre a Autoridade Tributária de Moçambique, o Banco de Moçambique e o Instituto Nacional de Estatística, que têm como objecto a produção conjunta e a partilha de informação estatística isoladamente produzida, em áreas de interesse comum.

Dirijo uma saudação especial aos nossos convidados de honra, os Dr.s Amélia Nakhare e Rosário Fernandes, presidentes da Autoridade Tributária de Moçambique e do Instituto Nacional de Estatística, respectivamente, congratulando-os pelo excelente trabalho que têm empreendido nas respectivas áreas de actuação.

O evento que hoje presenciamos reveste-se de grande importância para as nossas três instituições, pois permitirá alcançar ganhos importantes, de entre os quais gostaria de salientar a racionalização e optimização de recursos, quer materiais, quer humanos, a harmonização dos procedimentos técnicos e metodológicos, e bem assim

a ampliação da recolha de informação, sem descuidar a comodidade que se irá consentir aos cidadãos e empresas inquiridos, graças à eliminação da redundância na prestação de informação de interesse estatístico.

Para o Banco de Moçambique, em especial, na sua qualidade de gestor das políticas monetária e cambial, a possibilidade de acesso à informação recolhida e produzida pelo Instituto Nacional de Estatística é fundamental para o aprimoramento das nossas projecções macroeconómicas.

Igualmente essencial é a possibilidade de acesso aos dados recolhidos e produzidos pela Autoridade Tributária de Moçambique, no domínio das suas atribuições, a fim de compilarmos as estatísticas da central de balanços das empresas não financeiras e as estatísticas do sector externo, em particular da nossa Balança de Pagamentos.

Gostaria de realçar que, ainda no quadro da nossa actuação como gestores da política monetária e cambial, vimos a necessidade de recolher não só a informação do comércio externo formal das autoridades aduaneiras, como também do comércio regional que é satisfeito pelo comércio informal transfronteiriço, uma importante fonte de informação para a melhoria das estatísticas da balança de pagamentos.

Neste sentido, o protocolo tripartido que acabamos de assinar, estabelecendo as bases para a realização de um inquérito estatístico sobre o comércio informal transfronteiriço, vai preencher uma grande lacuna e abrir caminho para a resolução de um importante desafio no âmbito das estatísticas do sector externo, que ganha particular relevo à luz do processo de integração regional na SADC.

Com efeito, parte significativa do comércio regional é, hoje, ainda realizada pelo comércio informal transfronteiriço, o qual, apesar de não ser captado pelas estatísticas oficiais, constitui uma importante fonte de informação para a melhoria das estatísticas da balança de pagamentos, assim como do quadro de actuação da política monetária e cambial.

Foi, aliás, no reconhecimento da importância e da necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre o comércio informal transfronteiriço que o Banco de Moçambique elegeu este assunto como tema do último dia do seu Conselho Consultivo, que teve lugar no mês de Janeiro do corrente ano, em Lichinga, na província de Niassa, que é bastante rica em recursos agrícolas, onde este tipo de comércio tem uma importância significativa.

Permitam-me ainda destacar que, tendo em conta a importância do estabelecimento de uma relação de reciprocidade entre instituições que desempenham um papel de capital importância no plano macroeconómico, nos finais do ano passado assinámos com a Autoridade Tributária um memorando de entendimento.

Hoje, testemunhamos a assinatura com o Instituto Nacional de Estatística, uma instituição com quem já mantínhamos laços históricos de cooperação, de um novo protocolo bilateral, que vem expandir a abrangência do que já existia para vários domínios de actuação comum, o que representa um marco que vai contribuir para consolidar ainda mais as nossas relações.

Estou certo de que os protocolos que acabamos de assinar contribuirão para um melhor desempenho do Banco de Moçambique no âmbito das atribuições que lhe são consagradas pela sua lei orgânica, ao passar a contar com mais informações, que, pela sua qualidade e tempestividade, irão conferir maior robustez às previsões que sustentarão as suas decisões, prestando, assim, um papel mais relevante à sociedade em geral.

Quero, por isso, deixar aqui registado o apreço do Banco de Moçambique pelos esforços levados a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística e pela Autoridade Tributária de Moçambique para a materialização dos protocolos hoje rubricados, e agradecer às equipas técnicas que, em representação de cada uma das instituições, emprestaram o seu saber e dedicação à concretização deste objectivo de interesse nacional.

Muito obrigado pela Vossa atenção!

Maputo, 14 de Março de 2018

**LANÇAMENTO DO PROJECTO DE
INCUBADORA *SANDBOX* PARA *FINTECHS***



“

Cremos que o ambiente digital que estamos a criar no nosso sistema de pagamentos irá afectar positivamente a vida da população moçambicana, principalmente a mais desfavorecida e com rendimentos mais modestos, que passará a ter a oportunidade de realizar transacções financeiras a custos relativamente mais baixos.

”

**Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique,
Excelência,**

Senhora Alta Comissariado Reino Unido, Excelência,

**Excelentíssima Senhora Directora Executiva do FSDMoç,
nossa parceira no projecto *Sandbox*,**

Excelentíssimos Senhores Membros do Corpo Diplomático,

**Excelentíssimos Membros do Conselho de Administração do
Banco de Moçambique,**

**Excelentíssimos Senhores Representantes de Instituições
Públicas,**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Associação Moçambicana
de Bancos,**

**Ilustres Representantes de Instituições de Crédito e Sociedades
Financeiras,**

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Começo por agradecer, em nome do Banco de Moçambique e em meu nome, a presença de todos nesta sala, para juntos testemunharmos o lançamento do projecto de Incubadora *Sandbox* para as tecnologias financeiras, também conhecidas como *fintechs*.

Este evento, que se realiza em colaboração com o FSDMoç, constitui uma importante contribuição para a criação de uma plataforma de sistema de pagamentos aglutinadora, que vise facilitar o desenvolvimento de serviços e produtos inovadores.

Gostaria, por isso, de expressar ao FSDMoç o nosso reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu para a materialização deste

projecto, em concreto, e, de modo geral, pelo valioso trabalho que tem estado a realizar no âmbito do aprofundamento da inclusão financeira no país.

Cremos que o ambiente digital que estamos a criar no nosso sistema de pagamentos irá afectar positivamente a vida da população moçambicana, principalmente a mais desfavorecida e com rendimentos mais modestos, que passará a ter a oportunidade de realizar transacções financeiras a custos relativamente mais baixos.

É, por isso, com renovado apreço que saúdo as instituições de crédito e sociedades financeiras, e bem assim as instituições de moeda electrónica que operam no país, pela sua contribuição e participação, directa e indirecta, na massificação de pagamentos electrónicos no país.

Distintos Convidados, Minhas Senhoras e meus Senhores,

O lançamento do projecto de Incubadora *Sandbox* ocorre numa data em que o Banco de Moçambique comemora 43 anos da sua criação, com o propósito de servir a economia nacional, cumprindo a sua missão principal de preservar o valor do Metical, a nossa moeda, e promover um sistema financeiro eficiente e inclusivo.

Ao longo desse percurso, em particular nos últimos anos, assistimos a uma rápida evolução das tecnologias financeiras e à introdução de serviços e produtos financeiros cada vez mais sofisticados, uma dinâmica que não foi sempre acompanhada pela adequação dos requisitos legais e regulamentares.

Foi nesse contexto que o Banco de Moçambique e o FSDMoç criaram a Incubadora *Sandbox* para as tecnologias financeiras, tendo em vista, de entre outros, os seguintes objectivos:

- Promover a inovação e mitigar o impacto derivado das incertezas legais e regulatórias;

- Contribuir com serviços e produtos de pagamento inovadores e cómodos;
- Criar oportunidades para o desenvolvimento, testagem e demonstração de produtos em ambiente supervisionado; e
- Criar condições para a aprendizagem e divulgação de ideias inovadoras, com especial enfoque nas tecnologias financeiras.

A terminar, reitero o comprometimento do Banco de Moçambique com a causa da inclusão financeira, através da massificação das potencialidades que a Incubadora *Sandbox* nos proporcionará.

Declaro, assim, aberta a incubadora *Sandbox*.

Muito obrigado!

Maputo, 17 de Maio de 2018

**ABERTURA DAS X JORNADAS CIENTÍFICAS
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE**



“

Trata-se de um tema actual para a indústria financeira, pois a digitalização dos serviços financeiros assumiu um relevo sem precedentes e tem merecido uma crescente atenção na forma de fazer negócios no sistema financeiro em todo o mundo.

”

**Senhores Antigos Governadores do Banco de Moçambique,
Excelências**

**Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique,
Excelência**

**Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de
Moçambique,**

**Excelentíssimos Senhores representantes de instituições do
Governo,**

**Excelentíssimos Senhores representantes de organismos
internacionais e parceiros de cooperação,**

**Excelentíssimos Senhores representantes de instituições de
crédito e sociedades financeiras,**

**Excelentíssimos Senhores representantes de instituições
académicas, de centros de investigação e de órgãos de
comunicação social,**

Caros Gestores e Técnicos do Banco de Moçambique;

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com elevada satisfação que saúdo, em nome do Banco de Moçambique e em meu nome, a todos os presentes nestas “Décimas Jornadas Científicas do Banco de Moçambique”, que têm lugar, como habitualmente, na semana do Metical, a nossa moeda nacional.

Permitam-me que saúde, com particular apreço e gratidão, ao Dr. Ernesto Gove, antigo Governador do Banco de Moçambique, por ter aceite prontamente o convite que formulámos para ser o orador principal desta edição das Jornadas Científicas.

Quero, igualmente, agradecer ao Professor Dr. Matias Farahane, Presidente do Júri, assim como aos seus vogais, Prof. Dr. Engenhei-

ro Lourino Chemane, Dr. Saíde Dade e Dr. Fernando Cuche, que não pouparam esforços para avaliarem os trabalhos submetidos, com profissionalismo e engajamento.

Estendo os meus cumprimentos a todos os investigadores, mas em particular aos que foram apurados e seleccionados, que trabalharam com afinco e se dispuseram a compartilhar connosco os seus projectos de pesquisa.

Distintos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O tema escolhido para esta edição das Jornadas Científicas do Banco de Moçambique, que constituem um momento de aprendizagem mútua, é **“O Papel dos Serviços Financeiros Digitais na Inclusão Financeira: Desafios e Oportunidades”**.

Trata-se de um tema actual para a indústria financeira, pois a digitalização dos serviços financeiros assumiu um relevo sem precedentes e tem merecido uma crescente atenção na forma de fazer negócios no sistema financeiro em todo o mundo.

A concretização dos objectivos da nossa Estratégia Nacional de Inclusão Financeira depende, em grande medida, do avanço na digitalização dos serviços financeiros, tal como nos revelam as experiências de países de referência nessa matéria, como por exemplo o Quénia.

Cientes desta correlação, muito recentemente fizemos o lançamento da incubadora de tecnologias financeiras, que, esperamos, irá contribuir para o processo de revolução da digitalização dos serviços financeiros em Moçambique, nos próximos anos.

Estamos conscientes de que esse fim só poderá ser logrado mediante a colaboração plena dos múltiplos actores envolvidos, incluindo a entidade reguladora, as instituições financeiras e outros prestadores de serviços digitais, bem como os consumidores.

Neste contexto, estas Jornadas constituem uma oportunidade ímpar para juntos colhermos subsídios para melhor respondermos aos

desafios e oportunidades inerentes à digitalização dos serviços financeiros, maximizando os seus benefícios e minimizando os riscos associados.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nas presentes Jornadas Científicas, o Júri seleccionou dois trabalhos de pesquisa que serão aqui apresentados por dois jovens moçambicanos.

A primeira apresentação versará sobre “O Uso de Telemóveis como Pontos de Acesso aos Produtos e Serviços Financeiros”, da autoria do Sr. José Ganhane que, pela segunda vez consecutiva, chega à fase final das nossas jornadas.

A segunda apresentação constitui uma análise dos “Modelos de Inclusão Financeira Digital Sustentáveis para o Nosso País”, da autoria do Sr. Silvano Castanheira.

Apesar da diversidade de abordagens, estimulada pela complexidade do tema, os trabalhos que aqui serão apresentados são unânimes quanto ao papel que os serviços financeiros digitais desempenham na promoção da inclusão financeira e no desenvolvimento económico e social do país.

Considerando a diversidade de participantes presentes nesta magna sala e a actualidade do tema, estamos cientes de que o debate que se seguirá às apresentações trará ensinamentos válidos para todos nós.

Estou igualmente convicto de que, à semelhança das edições anteriores, partilharemos conhecimentos e experiências que vão contribuir para a formulação de políticas adequadas, visando o alcance do desenvolvimento económico e social do país.

Assim, declaro abertas as Décimas Jornadas Científicas do Banco de Moçambique.

Muito obrigado!

Maputo, 15 de Junho de 2018

**ASSINATURA DA SEGUNDA ADENDA
DO CONTRATO PARA A CONSTRUÇÃO
DO SILO AUTO ENTRE
O CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO
E O BANCO DE MOÇAMBIQUE**



“

O evento que hoje testemunhamos simboliza a cooperação institucional entre as nossas duas instituições e reforça a parceria estratégica formalizada em Maio de 2008, com celebração do Acordo, que hoje sofre a sua segunda adenda visando prosseguir com os trabalhos de construção de um edifício para albergar o Balcão do Município, o Stand da Rifa do Desportivo e o respectivo parque de estacionamento.

”

**Senhor Presidente do Conselho Municipal de
Maputo, Excelência**

**Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique,
Excelência**

**Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de
Moçambique,**

**Excelentíssimo Senhor Vereador do Conselho Municipal de
Maputo**

**Caros gestores e técnicos do Banco de Moçambique e do
Conselho Municipal de Maputo,**

**Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

É com elevada honra que, em nome do Banco de Moçambique e em meu nome, endereço a todos os presentes os votos de boas-vindas a esta cerimónia de assinatura da segunda adenda do contrato para a construção do silo auto entre o Banco de Moçambique e o Conselho Municipal de Maputo.

Dirijo uma saudação especial ao nosso convidado de honra, Sua Excelência David Simango, Presidente do Conselho Municipal de Maputo, pelo excelente trabalho que tem empreendido visando dar à nossa bela cidade capital uma imagem cada vez melhor.

O evento que hoje testemunhamos simboliza a cooperação institucional entre as nossas duas instituições e reforça a parceria estratégica formalizada em Maio de 2008, com celebração do acordo que hoje sofre a sua segunda adenda visando prosseguir com os trabalhos de construção de um edifício para albergar o Balcão do Município, o *Stand* da Rifa do Desportivo e o respectivo parque de estacionamento.

Para o Banco de Moçambique, na sua qualidade de financiador, a construção deste empreendimento é importante para criar condições seguras e condignas para o estacionamento e prestação de servi-

ços aos munícipes de Maputo, pelo que foi com grande satisfação que tomamos conhecimento que a obra já foi consignada no passado dia nove do corrente mês.

Estou certo de que a adenda que acabamos de assinar irá acelerar o alcance dos objectivos pretendidos a curto prazo.

Quero, por isso, deixar aqui registado o apreço do Banco de Moçambique pelos esforços empreendidos pelo Conselho Municipal de Maputo, na pessoa do seu Presidente, para a materialização deste acto solene, reiterando o nosso apoio dentro do espírito de transparência plasmado na presente adenda.

A terminar, endereço os meus agradecimentos às equipas técnicas que, em representação das duas instituições, emprestaram o seu saber e dedicação à concretização deste nobre objectivo para o bem-estar dos munícipes de Maputo.

Muito obrigado!

Maputo, 18 de Julho de 2018

**ASSINATURA DO PROTOCOLO
DE COOPERAÇÃO ENTRE O BM
E O MICULTUR**



“

Para o Banco de Moçambique, este protocolo representa um passo importante para a melhoria da informação estatística reportada na nossa Balança de Pagamentos, e a sua implementação irá dinamizar a materialização de alguns dispositivos emitidos pelo Banco de Moçambique, que estabelecem as normas e procedimentos a observar na realização de operações cambiais, no domínio das operações do turismo.

”

Senhor Ministro da Cultura e Turismo, Excelência

Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Cultura e Turismo,

Excelentíssima Senhora Representante do Instituto Nacional de Estatística

Excelentíssimo Senhor Representante da Confederação das Associações Económicas

Caros Gestores e Técnicos do Banco de Moçambique e do Ministério da Cultura e Turismo,

Caros Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me, em primeiro lugar, que saúde, em nome do Banco de Moçambique e em meu nome, a todos os presentes nesta cerimónia de assinatura do protocolo de cooperação entre o Banco de Moçambique e o Ministério da Cultura e Turismo.

Em segundo lugar, gostaria de endereçar uma saudação especial a Sua Excelência Silva Dunduro, Ministro da Cultura e Turismo pelo trabalho que tem empreendido visando a promoção da Cultura e do Turismo no nosso país, bem como pelo seu empenho para a materialização do protocolo que acabamos de assinar.

A todos os gestores e técnicos das duas instituições que, directa ou indirectamente, contribuíram para a materialização do presente acto, manifesto o nosso apreço.

Para o Banco de Moçambique, este protocolo representa um passo importante para a melhoria da informação estatística reportada na nossa Balança de Pagamentos, e a sua implementação irá dinamizar a materialização de alguns dispositivos emitidos pelo Banco de Moçambique, que estabelecem as normas e procedimentos a observar na realização de operações cambiais, no domínio das operações do turismo.

Na nossa qualidade de autoridade responsável pela compilação da Balança de Pagamentos, consideramos ainda que o protocolo que acabamos de assinar tem uma importância acrescida, na medida em que irá aprimorar a colecta de dados sobre serviços de viagens internacionais, categoria importante para avaliar a evolução das receitas e despesas de turismo.

Actualmente, os dados da nossa Balança de Pagamentos indicam que as receitas do turismo se cifram em 151 milhões de dólares, um valor claramente abaixo das reais potencialidades do país, pelo que fazemos votos para que a implementação do presente protocolo traga melhorias assinaláveis nesse quadro.

É nosso desejo que as relações de cooperação entre as nossas instituições se estreitem e sirvam o propósito de impulsionar e estimular o processo de planificação e a melhoria da competitividade no sector de turismo, contribuindo, assim, para a criação de um ambiente favorável de negócios no país.

Termino a minha intervenção fazendo votos para que o presente protocolo seja bem-sucedido e produza os resultados que almejamos alcançar no processo de recolha e compilação de estatísticas do turismo, o que por certo concorrerá para o desenvolvimento do sector, em particular, e da economia, em geral.

Muito obrigado pela atenção!

Maputo, 20 de Agosto de 2018

**ASSINATURA DO NOVO ACORDO SOBRE
INDEXANTE ÚNICO DO SISTEMA BANCÁRIO
MOÇAMBICANO**



“

Entendemos que o maior desafio, como em qualquer acordo, está na sua correcta implementação, pelo que apelamos a todos os intervenientes para o cumprimento rigoroso deste acordo, com profissionalismo, honestidade, transparência e, acima de tudo, de forma didáctica.

”

**Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique,
Excelência**

**Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de
Moçambique,**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Associação Moçambicana
de Bancos,**

**Excelentíssimos Senhores Presidentes dos Conselhos de
Administração e das Comissões Executivas das instituições de
crédito e sociedades financeiras,**

**Caros Gestores do Banco de Moçambique,
Ilustres Convidados,**

**Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

Quero, em primeiro lugar, agradecer, em nome do Banco de Moçambique e em meu nome, a presença de todos nesta cerimónia de assinatura do novo acordo sobre o indexante das taxas de juro no sistema bancário, entre o Banco de Moçambique, a Associação Moçambicana de Bancos e as instituições de crédito e sociedades financeiras.

Em segundo lugar, gostaria de aproveitar esta ocasião para endereçar uma palavra de apreço a todas as instituições de crédito e sociedades financeiras, pelo seu profundo envolvimento nos trabalhos que culminaram com a produção do acordo que acabamos de assinar.

Gostaríamos de assinalar que, pese embora tratar-se de um novo acordo, mantêm-se válidos os objectivos centrais que nortearam a assinatura do primeiro.

É nosso entendimento que, após 15 meses de implementação do acordo sobre indexante único, acumulámos experiência suficiente que merecia ser incorporada nos entendimentos alcançados em 2017, tendo em vista otimizar o modelo e tornar a natureza deste instrumento mais transparente e perceptível para toda a sociedade.

Estamos convictos de que as melhorias que introduzimos no acordo que acabamos de rubricar criam as condições para que o mecanismo de formação das taxas de juros seja mais transparente, abrindo espaço para que as taxas de juros de crédito acompanhem mais fielmente o perfil de risco que o nosso mercado enfrenta, sem descurar um maior alinhamento com os sinais emitidos pelo banco central.

Não temos dúvidas de que o presente acordo não responde cabalmente aos anseios da sociedade moçambicana, que clama por taxas de juros de crédito mais baixas e competitivas, mas posso assegurar que, por força dos seus novos termos, poderemos testemunhar brevemente uma revisão em baixa no prémio de custo em cerca de 80 pontos base.

Adicionalmente, com a implementação do presente acordo, o Banco de Moçambique, na qualidade de regulador, estará em melhores condições de monitorar os movimentos das taxas de juros das instituições de crédito, pois nos novos termos do presente instrumento são especificadas as diferentes parcelas que entram no mecanismo de definição do indexante e das taxas de juro do sistema no seu todo, que inclui um prémio de custo.

Se nos lembramos, o antigo acordo previa que a taxa de juro de crédito aplicada pelas instituições de crédito e sociedades financeiras aos seus clientes resultava da soma entre o indexante único, um prémio de custo e um *spread* reflectindo, não só o perfil de risco do cliente, como do negócio.

Com efeito, o novo acordo mantém essa estrutura, mas desagrega os elementos que compõem o prémio de custo e especifica a componente do *spread* que identifica o perfil de risco dos mutuários, definido com base em condições padronizadas por categoria de crédito.

Desta forma, os movimentos do prémio de custo dependerão das alterações do *rating* do país, do Rácio do Crédito em Incumprimento, do Rácio de Crédito Saneado e do Coeficiente de Reservas Obrigatórias para Passivos em Moeda Nacional.

Por outro lado, o *spread* de crédito a ser divulgado por cada instituição de crédito será baseado num conjunto de critérios padroni-

zados pela indústria bancária, dando espaço ao cliente para melhor negociar e decidir sobre as condições de acesso ao financiamento bancário.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Apesar destas vantagens, estamos conscientes de que o acordo que acabamos de assinar não é ainda um produto perfeito e acabado. Há aspectos que deveremos continuar a aprimorar ao longo do processo de implementação, daí que tenhamos acordado em realizar melhorias e revisões aos seus termos, de tempos em tempos.

Entendemos que o maior desafio, como em qualquer acordo, está na sua correcta implementação, pelo que apelamos a todos os intervenientes para o cumprimento rigoroso deste acordo, com profissionalismo, honestidade, transparência e, acima de tudo, de forma didáctica.

Termino a minha intervenção prestando um agradecimento especial às equipas técnicas conjuntas da Associação Moçambicana de Bancos, das instituições de crédito e sociedades financeiras e do Banco de Moçambique, que trabalharam afincadamente para a materialização do presente acordo.

Muito obrigado pela atenção!

Maputo, 14 de Setembro de 2018

**ABERTURA DO 5.º ENCONTRO DE
SUPERVISÃO DOS BANCOS CENTRAIS DOS
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**



“

Mostra-se, assim, pertinente o estabelecimento de uma estrutura de governação do risco cibernético, ao nível das autoridades de regulamentação e supervisão, com o propósito de garantir o estabelecimento de um ambiente de cibersegurança resiliente.

”

Senhores representantes dos Bancos Centrais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,

Senhores membros do Conselho de Administração do Banco de Moçambique,

Quadros do Banco de Moçambique,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Muito bom dia!

É com elevada honra e imensa satisfação que, em nome do Banco de Moçambique e em meu nome, saúdo a todos os presentes ao 5.º Encontro de Supervisão dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, endereçando os votos de boas-vindas a Maputo, nossa cidade capital.

Aos ilustres representantes que nos visitam pela primeira vez, tenho o prazer de partilhar convosco que Moçambique tem algumas das melhores delícias de marisco que se pode encontrar no mundo, pelo que recomendo que nos intervalos dos trabalhos desfrutem da nossa culinária e da beleza que a cidade oferece.

Para o Banco de Moçambique, acolher um evento de tamanha importância no nosso país, e em particular na nossa cidade capital, constitui um grande orgulho. Tomo esta oportunidade para expressar os nossos agradecimentos pela preferência.

Distintos convidados,

Minhas Senhoras e

Meus Senhores,

Esta reunião decorre num contexto de recuperação da nossa economia, em que os principais indicadores económicos mostram sinais

de retorno à normalidade, depois de um período conturbado, entre 2014 e 2016.

Mercê das medidas de política monetária e fiscal, apraz-nos partilhar que a actividade económica melhorou o seu desempenho e está cada vez mais diversificada, embora ainda abaixo do seu potencial, tendo o produto interno bruto registado uma taxa de crescimento de 3,7% em 2017 e 3,4% no primeiro semestre deste ano.

A inflação, objectivo primário da nossa política monetária, recuou drasticamente, situando-se abaixo de 5% nos últimos oito meses; as nossas reservas internacionais recuperaram para cerca de 7 meses de cobertura de importações; a taxa de câmbio do Metical em relação ao Dólar dos Estados Unidos estabilizou em torno de 60 meticais, depois de ter atingido 80 meticais em 2016; e o nosso sector financeiro continua sólido e robusto, contribuindo com cerca de 6% do produto interno bruto.

Ao nível do sistema financeiro, em 2017 o Banco de Moçambique levou a cabo acções tendentes a fortalecer o quadro regulamentar em vigor, garantir uma maior robustez do sistema financeiro e elevar o nível de transparência do mesmo, incluindo o aumento do capital social dos bancos, de 70.000 para 1.700.000 milhares de meticais, e do rácio de solvabilidade dos bancos, de 8% para um mínimo de 12%.

Actualmente, o nosso sistema bancário é composto por 19 bancos, todos sob supervisão do Banco de Moçambique, sendo que 70,3% do capital social dos mesmos é detido por grupos financeiros estrangeiros.

A existência de grupos financeiros estrangeiros em Moçambique contribui, por um lado, para o aumento da concorrência, diversidade e disponibilidade de produtos financeiros, e, por outro, para o desenvolvimento da indústria em termos de tecnologia, produtos e serviços prestados, bem assim para a integração na economia global.

Entretanto, estamos conscientes de que a forte presença destes grupos estrangeiros tem, igualmente, implicações ao nível da regu-

lamentação e supervisão bancária, sendo inevitável a discussão de temas como a “supervisão transfronteiriça”.

No quadro legal moçambicano, a supervisão transfronteiriça é uma realidade que consiste no estabelecimento de memorandos de entendimento, participação nos colégios de supervisores, realização de inspeções conjuntas com outros bancos centrais, assim como a realização de eventos desta natureza.

Outro tema da actualidade e de grande interesse para os supervisores é a cibersegurança, um desafio que surge da rápida evolução tecnológica e da globalização da economia, registadas nas últimas décadas.

Mostra-se, assim, pertinente o estabelecimento de uma estrutura de governação do risco cibernético, ao nível das autoridades de regulamentação e supervisão, com o propósito de garantir o estabelecimento de um ambiente de cibersegurança resiliente.

É nossa expectativa que estes e outros temas sejam abordados e discutidos de forma franca e aberta neste encontro, e que aqui sejam também partilhadas ferramentas essenciais de que os supervisores precisam para o cumprimento da sua função de regulamentação e supervisão do sistema financeiro.

Aliás, constitui já uma tradição que o Encontro de Supervisão dos Bancos Centrais da CPLP seja um fórum de interacção entre os supervisores da nossa comunidade, potenciando o compromisso de cooperação e contribuindo para a harmonização das metodologias de trabalho e da aferição dos riscos comuns, pelo que fazemos votos para que este encontro não fuja à regra.

Assim, é com elevada honra que declaro aberto o 5.º Encontro de Supervisão dos Bancos Centrais da CPLP, reiterando os votos de uma discussão profícua!

Obrigado pela atenção dispensada!

Maputo, 19 de Setembro de 2018

**ABERTURA DO 43.º CONSELHO
CONSULTIVO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE**



“

Depois das medidas que tomámos em 2016 e princípios de 2017 que permitiram ancorar as expectativas dos agentes económicos e controlar a inflação, em 2018 a nossa política monetária foi orientada para a redução gradual das taxas de juro.

”

Senhor Vice-Governador, Excelência

Excelentíssimos Senhores Administradores,

Excelentíssima Senhora Assessora,

Estimados Directores e Assistentes de Direcção,

Estimado Senhor Representante do Comité Sindical de Empresa,

Estimado Senhor Presidente da Associação dos Trabalhadores,

Digníssimos Gestores e Técnicos,

Minhas Senhoras e

Meus Senhores,

Muito bom dia!

Cumpre-me saudar, em nome do Conselho de Administração e em meu nome, a todos os gestores e técnicos do Banco de Moçambique presentes neste 43.º Conselho Consultivo, desejando-lhe uma boa estada nesta bela cidade de Quelimane.

Permitam-me que enderece uma saudação especial ao Governo da província da Zambézia e às autoridades do município de Quelimane, por nos acolherem com elevada hospitalidade e pelo seu empenho na preparação deste Conselho Consultivo, que acontece pela primeira vez nesta província.

Aproveito esta ocasião para transmitir o reconhecimento e o calor do Conselho de Administração à Comissão Organizadora do Banco de Moçambique, pelo excelente trabalho que culminou com a concretização, em curto espaço de tempo, do objectivo de realizar o Conselho Consultivo nesta maravilhosa cidade.

A realização do Conselho Consultivo na cidade de Quelimane constitui, assim, a materialização da decisão do Conselho de Administração de percorremos todas as cidades capitais antes de voltarmos a reunir em Maputo.

Como é, de certo, sabido, o Conselho Consultivo é um órgão alargado de consulta do Conselho de Administração, consagrado na Lei Orgânica do Banco, no qual o Conselho de Administração busca aconselhamento técnico para cumprir, de forma eficaz, a missão institucional de garante da estabilidade macroeconómica e do sistema financeiro moçambicano.

Essa ronda pelas diferentes cidades capitais, iniciada em Lichinga, vai permitir-nos conhecer melhor a realidade das diferentes províncias do nosso país, para melhor desenhar as nossas políticas que sejam alinhadas com os anseios das populações.

Nesta ocasião, gostaria de assinalar o nosso pesar pela perda de vida, desde o último Conselho Consultivo realizado em Lichinga em princípios deste ano até hoje, de colegas nossos, no activo e na situação de reforma, que muito contribuíram para o engrandecimento da nossa instituição.

Assim, com a vossa permissão, peço que observemos um minuto de silêncio em sua homenagem.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O 43.º Conselho Consultivo realiza-se num contexto de relativa estabilidade dos indicadores sob alçada do Banco de Moçambique.

Depois das medidas que tomámos em 2016 e princípios de 2017 que permitiram ancorar as expectativas dos agentes económicos e controlar a inflação, em 2018 a nossa política monetária foi orientada para a redução gradual das taxas de juro.

A redução das nossas taxas de juro visa sinalizar aos bancos comerciais que a economia apresenta condições para que os clientes do sistema bancário beneficiem de taxas de crédito cada vez mais baixas.

Foi nesse espírito que, ao longo do ano de 2018, reduzimos a nossa taxa de juros de política monetária, vulgarmente conhecida por taxa MIMO, por quatro vezes consecutivas numa magnitude global de 450 pontos bases para o nível actual de 15 %.

Se nos recordarmos, em Abril de 2017 quando iniciamos esta trajectória de descida, a taxa MIMO era de 21,75%.

No âmbito da nossa preocupação de ver os clientes bancários a beneficiarem de taxas cada vez mais baixas e tendo em vista um melhor alinhamento entre o movimento das taxas dos bancos comerciais com as nossas, procedemos à revisão do acordo sobre o indexante único com o sistema bancário.

Os resultados dessa nossa postura de política monetária e cambial são encorajadores.

Cumprimos com a nossa missão principal de manter uma inflação baixa e estável, ao se situar, este indicador, ao longo de todo o ano abaixo dos 5%, concorrendo assim para a preservação do poder de compra dos moçambicanos.

Logramos alcançar, ao longo de todo o ano, uma relativa estabilidade do nosso Metical, quando comparando com as moedas dos nossos principais parceiros, tendo oscilado em relação ao Dólar dos EUA entre 58,88 meticais e 60,88 meticais, de Dezembro de 2017 a 20 de Novembro corrente.

No âmbito da gestão das reservas internacionais, fizemos a revisão da nossa política de investimentos e continuamos a avaliar a composição das reservas, mantendo o dólar como moeda principal com 66% do total da carteira que continua dominada pelos instrumentos do mercado monetário em cerca de 64%.

Como resultado dessas acções e do efeito do incremento das taxas de juro no mercado internacional, os nossos rendimentos aumentaram de 45,3 milhões de dólares em 2017 para 54,8 milhões de dólares até Outubro do corrente ano.

Com esse resultado positivo conseguimos manter o saldo das nossas reservas internacionais em níveis confortáveis, cobrindo assim cerca de 7 meses das necessidades de importações, bem acima dos padrões exigidos internacionalmente.

No que concerne à nossa actuação no contexto da estabilidade do sistema financeiro, continuamos a privilegiar as nossas inspecções junto dos bancos e prosseguimos com a postura, prevista na lei, de divulgação de instituições financeiras e gestores dessas instituições que tenham sido sujeitas a sanções definitivas pelo Banco de Moçambique.

Ainda neste âmbito, reforçamos a estabilidade financeira com a introdução do rácio de liquidez e continuamos a monitorar a implementação da medida de publicação trimestral, por parte dos bancos, da informação sobre os níveis de solvabilidade e de liquidez.

Tendo em vista o aprimoramento do nosso sistema de pagamentos, introduzimos novos modelos de estrutura de preçários e explicitamos as condições gerais para contratação e utilização dos terminais de pagamentos automáticos.

Continuamos a desenvolver acções visando a melhoria da inclusão financeira em Moçambique, tendo em 2018 estabelecido a incubadora *sandbox* para o desenvolvimento de inovações tecnológicas financeiras.

Visando promover a transparência, a integridade e confiança nas instituições financeiras e proteger os direitos dos consumidores financeiros, estabelecemos um Código de Conduta das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, definindo assim os padrões mínimos de interação e procedimentos de resolução de conflitos entre essas instituições e seus clientes.

Paralelamente, e visando dotar os clientes bancários de informação sobre os produtos e serviços financeiros que lhes permitam a comparação em relação às alternativas disponíveis no mercado, introduzimos as condições para a publicitação dos produtos e serviços financeiros por parte das instituições de crédito.

Ao longo de 2018 estreitamos as nossas relações com diferentes instituições nacionais e internacionais visando um melhor cumprimento da nossa missão.

Com efeito, assinámos protocolos de cooperação com o Ministério dos Transportes e Comunicações, Ministério da Cultura e Turismo,

Autoridade Tributária, Instituto Nacional de Estatística e Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique nas diferentes áreas de interesse comum;

Realizamos acções de formação a instituições parceiras para a divulgação das características e das técnicas de detecção de contrafações das notas e moedas do Metical;

Aderimos à IOSCO, Organismo Internacional que congrega as comissões de valores mobiliários, visando a adopção de melhores práticas no acompanhamento do mercado doméstico de títulos;

Participamos, em cooperação com o Banco de Reserva da África do Sul, no processo de exposição das características das notas e moedas comemorativas alusivas ao centenário de Nelson Mandela; e

Continuamos a implementar, com o apoio do Banco Central da Noruega e do Fundo Monetário Internacional, o programa de modernização abrangente da nossa instituição visando reforçar a credibilidade e melhorar a nossa actuação nas funções chave do Banco.

Ainda em 2018 prosseguimos com os trabalhos no âmbito da melhoria do ambiente de negócios, tendo emitido regulamentos visando uma maior abertura da nossa conta capital para permitir um melhor fluxo de capitais estrangeiros, bem como uniformizamos os benefícios para toda a categoria de investidores, eliminando assim os regimes cambiais especiais.

Caros Gestores e Técnicos, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Apesar desta lista extensa de realizações, estamos conscientes de que ainda temos muito por fazer e a realização do Conselho Consultivo que inicia hoje e se prolonga por mais dois dias confirma essa convicção porque é aqui onde iremos colher importantes aconselhamentos e recomendações para continuarmos a fazer mais e melhor no próximo ano.

O modelo dos debates no presente Conselho Consultivo não foge à regra dos consultivos anteriores, em que os primeiros dois dias

serão reservados aos debates a porta fechada com os gestores e técnicos do Banco e o terceiro dia será aberto ao público para discutir um tema relevante para o país e para a província.

O tema escolhido para debate público na presente edição debruça-se sobre a problemática das zonas económicas especiais, com um enfoque sobre o estudo de caso da realidade de Mocuba.

Com estas notas, termino a minha intervenção, desejando a todos um excelente debate, cujos resultados iluminarão a nossa actuação em 2019.

Declaro, assim, aberto o 43.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique!

Muito obrigado pela atenção.

Quelimane, 21 de Novembro de 2018

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
DO 43.º CONSELHO CONSULTIVO
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE**



“

Estamos convictos de que o debate que se seguirá à nossa apresentação irá servir de base para identificar acções concretas para, em conjunto, acelerarmos o desenvolvimento das Zonas Económicas Especiais no país, para reforçarmos o seu impacto sobre o aumento do emprego e sobre a promoção e diversificação das exportações.

”

Senhor Governador da Província da Zambézia, Excelência

**Senhor Presidente do Conselho Municipal de Quelimane,
Excelência**

**Senhores Antigos Governadores do Banco de Moçambique,
Excelências**

**Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique,
Excelência**

**Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de
Moçambique,**

**Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de
Moçambique,**

Excelentíssimos Senhores Representantes de Instituições do Governo,

**Excelentíssimos Senhores Representantes de Instituições de
Crédito e Sociedades Financeiras,**

Caros Gestores e Técnicos do Banco de Moçambique,

**Distintos Convidados,
Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

Muito bom dia!

Quero, em primeiro lugar, agradecer, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, a vossa presença neste 43.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, que muito nos honra e dignifica.

De forma muito especial, endereço os nossos agradecimentos ao Governo da província da Zambézia e ao município de Quelimane, nas pessoas de Sua Excelência Abdul Razak, Governador da província, e Sua Excelência Manuel de Araújo, edil da cidade de Quelimane, pelo seu empenho pessoal durante a preparação deste evento e pela calorosa recepção e hospitalidade.

Estendo os nossos agradecimentos a todos que contribuíram para esta reunião fosse uma realidade, incluindo a nossa comissão organizadora, os provedores de serviços e os municípios da cidade de Quelimane.

**Ilustres Convidados,
Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

Os trabalhos do 43.º Conselho Consultivo iniciaram há dois dias, com a realização de debates sobre a vida interna da nossa organização, dos quais o Conselho de Administração anotou uma série de recomendações que em função das prioridades, serão posteriormente analisadas e implementadas.

Durante esses dois dias da nossa estadia nesta cidade, aproveitamos a oportunidade para interagirmos com a população local e em resultado deste facto foi possível testemunhar o excelente trabalho desenvolvido pelas autoridades governamentais e municipais, visando a melhoria do bem-estar das populações.

Tivemos ainda o privilégio de visitar algumas iniciativas económicas locais, com destaque para a indústria de produção de produtos e utensílios plásticos e o projecto de aquacultura, empreendimentos com impacto notável na promoção de emprego, criação de valor acrescentado à estrutura produtiva da província e geração de rendimentos das famílias locais.

Como tem sido tradição, neste terceiro e último dia do nosso Conselho Consultivo, trazemos um tema para debate com o público, a fim de obtermos subsídios para nossa actuação futura.

A título de exemplo, na sequência da reflexão apresentada no último Conselho Consultivo em Niassa, que versava sobre o comércio informal transfronteiriço, assinámos um Protocolo de Cooperação com o Instituto Nacional de Estatística e Autoridade Tributária de Moçambique, visando a materialização do inquérito ao comércio informal transfronteiriço no país.

Para este ano, trazemos a debate uma “**Reflexão sobre a Dinamização das Zonas Económicas Especiais em Moçambique: o Caso da Zona Económica Especial de Mocuba**”.

Não obstante retratar o caso específico de uma Zona Económica Especial da província da Zambézia, esperamos poder colher contribuições e extrair lições importantes sobre opções de política económica que caracterizam os distintos programas e variantes de Zonas Económicas Especiais no país.

A escolha deste tema teve como principal motivação o facto de após cerca de duas décadas de criação do quadro legal para os programas de Zonas Económicas Especiais em Moçambique e mais de uma década de sua implementação no país, o seu impacto ainda continua marginal.

Estamos convictos de que o debate que se seguirá à nossa apresentação irá servir de base para identificar acções concretas para, em conjunto, acelerarmos o desenvolvimento das Zonas Económicas Especiais no país, para reforçarmos o seu impacto sobre o aumento do emprego e sobre a promoção e diversificação das exportações.

Distintos Convidados,

Termino a minha intervenção renovando os votos de boas-vindas a todos os participantes, confiante de que iremos, mais uma vez, beneficiar de um debate construtivo e proveitoso.

Declaro, assim, aberta a sessão pública do 43.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique.

Muito obrigado pela atenção dispensada!

Quelimane, 23 de Novembro de 2018

**BRINDE ALUSIVO AO ENCERRAMENTO
DO ANO ECONÓMICO**



“

Em 2018, a nossa actuação no mercado cambial foi no sentido de realizar intervenções pontuais para suprir as necessidades de importação de combustível e corrigir a volatilidade excessiva da taxa de câmbio.

”

**Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique,
Excelência**

**Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de
Moçambique,**

**Excelentíssimos Senhores Representantes de Instituições de
Crédito e Sociedades Financeiras,**

Caros Gestores do Banco de Moçambique,

**Distintos Convidados,
Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

Muito boa tarde!

É com elevada honra que, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, saúdo a todos os presentes neste tradicional encontro para o brinde de fim de ano com o sistema financeiro nacional.

Estendo as nossas saudações a todos os nossos parceiros, nomeadamente as instituições governamentais, as instituições de crédito e sociedades financeiras, as associações económicas e socioprofissionais, a comunidade académica, os parceiros de cooperação internacional e a comunicação social.

Como habitualmente, nesta ocasião efectuamos um balanço preliminar do ano prestes a findar e apresentamos as nossas perspectivas para o novo ano, que se avizinha.

Importa mencionar que a nossa avaliação sobre a conjuntura económica de 2018 não difere muito do balanço que fizemos recentemente, por ocasião da abertura do nosso Conselho Consultivo na cidade de Quelimane, visto que de lá a esta parte não registámos alterações significativas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A conjuntura económica do ano de 2018 foi marcada pela consolidação da estabilidade macroeconómica iniciada em 2017, após as fortes medidas tomadas em 2016.

Com efeito, a inflação, o objectivo principal da nossa política monetária, estabilizou em níveis abaixo de 5% ao longo de todo o ano.

Foi na base desses resultados e das nossas expectativas sobre o comportamento futuro deste indicador que a nossa política monetária em 2018 foi orientada para a redução das taxas de juro, factor de estímulo à actividade económica em geral, e para as nossas pequenas e médias empresas em particular.

A queda da taxa de juro de referência, a taxa MIMO, que ocorreu por cinco vezes ao longo do presente ano, numa magnitude total de 525 pontos base, para o nível actual de 14,25%, visava sinalizar aos bancos que a economia apresenta condições para a redução das taxas de juro de crédito concedido aos seus clientes.

Nesta matéria, estamos a trabalhar com a Associação Moçambicana de Bancos e os bancos, para continuar a aperfeiçoar o mecanismo de determinação das taxas de juro de crédito, materializado com a assinatura do acordo sobre o indexante, em 2017, posteriormente reforçado no presente ano com a assinatura de uma adenda.

Estamos certos de que a actual postura de redução das taxas de juro, no âmbito da gestão da política monetária, tem contribuído para que a actividade económica mantenha algum dinamismo, embora o produto interno bruto continue a crescer de forma moderada e abaixo do seu potencial.

Concretamente, até ao terceiro trimestre de 2018, o PIB cresceu em 3,2%, cerca de duas vezes mais o aumento registado no trimestre homólogo do ano passado.

O crescimento económico deste ano foi determinado pelo desempenho positivo dos sectores de extracção mineira, agricultura, co-

mércio e serviços, pesca e indústria transformadora, contrariamente ao do ano passado, que dependia apenas do sector de extracção mineira.

O retorno da estabilidade da nossa economia tem estado a promover uma maior procura por importações, que até Setembro deste ano aumentaram em relação ao período homólogo de 2017 em 730 milhões de dólares, tendo as nossas exportações aumentado em aproximadamente 410 milhões de dólares.

Em 2018, a nossa actuação no mercado cambial foi no sentido de realizar intervenções pontuais para suprir as necessidades de importação de combustível e corrigir a volatilidade excessiva da taxa de câmbio.

O saldo das reservas internacionais brutas manteve-se acima de 3 biliões de dólares, o suficiente para cobrir cerca de 7 meses de importações de bens e serviços.

Por seu turno, a taxa de câmbio do Metical em relação às moedas dos nossos principais parceiros, com destaque para o dólar norte-americano, manteve-se em geral estável ao longo do ano, em torno de 60 meticais, com registo de alguns momentos de uma certa volatilidade no início do ano e numa parte do terceiro trimestre.

No que diz respeito ao sector financeiro, temos estado a trabalhar continuamente, em colaboração com os bancos comerciais, para garantir a sua estabilidade e solidez.

Introduzimos o rácio de liquidez e continuámos a monitorar a implementação da medida de publicação trimestral, por parte dos bancos comerciais, de informação sobre os níveis de solvabilidade e de liquidez.

Dessa monitoria podemos constatar que o nosso sistema financeiro continua sólido, saudável e adequadamente capitalizado, apesar de o crédito malparado, em média, superar os 12%, nos últimos seis meses.

Em relação ao nosso relacionamento financeiro com o exterior, entre 2015 e 2017 registámos perdas significativas de contrapartes de negócios na relação com os bancos correspondentes.

Tal situação foi causada, de entre outros aspectos, pelo aumento acentuado do risco país no mercado internacional, e pela percepção dos parceiros de negócios de que o próprio Banco de Moçambique era parte do problema, o que colocou o país sob elevado risco de exclusão do sistema de pagamentos internacional.

Porém, a partir de 2017, com a retoma notória da estabilidade macrofinanceira associada às reformas implementadas pelo Banco de Moçambique e pelo Governo, foi possível recuperar gradualmente parte considerável de contrapartes de negócios com os bancos correspondentes, num ambiente de continuidade de reformas internas e aprofundamento da adesão às boas práticas internacionais na matéria.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No âmbito da implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, temos vindo a trabalhar para modernizar o nosso sistema de pagamentos e melhorar os níveis de inclusão financeira no país.

Nesta esfera, enfrentámos muito recentemente uma crise que afectou o nosso sistema de pagamentos, nas componentes de transacções electrónicas efectuadas com recurso aos cartões bancários, ATMs e contas móveis, afectando negativamente milhares de clientes bancários, mormente os que se encontravam fora do país.

Uma solução provisória já está em implementação, enquanto a definitiva vai ser desenvolvida por uma nova provedora, a EURO-NET, com que assinámos um contrato no dia 10 do corrente mês para o licenciamento, implementação e manutenção de um sistema informático para pagamentos electrónicos interbancários.

A nossa expectativa é de que o novo provedor, dada a sua dimensão, experiência e exposição internacional, irá oferecer serviços de qualidade e à altura das necessidades do nosso sistema de pagamentos, com o apoio e cooperação de todos nós.

Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os resultados positivos alcançados em 2018 alimentam as nossas expectativas de curto e médio prazos, de uma melhoria significativa da conjuntura económica do país.

Para 2019, calibraremos os instrumentos de política monetária e cambial para que a inflação se situe em torno de um dígito.

Manteremos o nosso compromisso com o regime de taxa de câmbio flexível, que servirá de ajuste para os choques cambiais não esperados, podendo ocorrer intervenções para corrigir a volatilidade excessiva e indesejável.

Ao nível do sector financeiro, continuaremos vigilantes para garantir que as instituições continuem a observar as boas práticas internacionais e cumpram rigorosamente as recomendações e normas emanadas pela nossa instituição.

Quanto ao sistema nacional de pagamentos, continuaremos a implementar a legislação em vigor visando a materialização efectiva da rede única de pagamentos, tendo em vista a redução dos custos das transacções para os clientes bancários.

A nossa pesquisa estará orientada para temas relacionados com os recursos naturais. É neste contexto que, em Março, tencionamos organizar, em parceria com o Fundo Monetário Internacional, um seminário internacional de alto nível sobre fundos soberanos, e as nossas Jornadas Científicas anuais agendadas para Junho versarão sobre a mesma temática.

Estamos conscientes de que a materialização desses objectivos dependerá não apenas da acção do Banco de Moçambique, pelo que apelo à contribuição e participação de todos os nossos parceiros – o sistema financeiro, as empresas e o Governo – bem como do público em geral.

**Distintos convidados,
Minhas Senhoras e
Meus Senhores,**

Permitam-me que termine a minha intervenção agradecendo a presença de todos e formulando os meus votos de festas felizes e um próspero 2019 para todos Vós e as Vossas estimadas famílias!

Muito obrigado pela atenção!

Maputo, 21 de Dezembro de 2018

